



Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 40 17.10.2005

Por um Brasil sem armas

É com estatísticas de queda dos homicídios no Brasil que os defensores da proibição do comércio de armas e munições justificam o seu posicionamento. Um dos principais argumentos é de que pela primeira vez nos últimos 12 anos, segundo relatório do Ministério da Saúde, o índice de assassinatos nas grandes cidades do País apresenta uma curva descendente. A diminuição é atribuída ao Estatuto do Desarmamento e à campanha voluntária de entrega de armas. O pensamento da Frente Parlamentar Por um Brasil Sem Armas é simples: menos armas em circulação significam mais vidas poupadas.

O livro *Armas de Fogo – Proteção ou Risco?*, de autoria de Antônio Rangel e Josephine Bourgois, ambos da Organização Não Governamental (ONG) Viva Rio, aponta que o Brasil é a nação em que mais se mata e mais se morre por arma de fogo do planeta. “Morrem por dia uma média de 108 pessoas, ficam feridas 53 e a cada 13 minutos cai alguém fulminado por um tiro. O resultado de todo esse cenário de drama humano e descaso no controle de armas é o de termos apenas 2,8% da população mundial, mas respondermos por 13% dos homicídios por arma de fogo no mundo”, explicam Rangel e Josephine.

O principal argumento do deputado federal e secretário-geral da Frente Por um Brasil Sem Armas, Raul Jungmann (PPS), leva em consideração os últimos dados do Ministério da Saúde. “Caíram os homicídios porque há um estatuto que torna rígida a lei e oferece instrumento para as polícias coibirem o uso das armas. Houve queda também porque a campanha do desarmamento já retirou quase meio milhão de armas das ruas. A conclusão é óbvia. Menos armas, mais vidas. Foram 3.234 vidas poupadas no Brasil e 522 em Pernambuco neste último ano.”

De acordo com ele, é bobagem afirmar que a população deve se armar porque as polícias não garantem segurança. “As armas em casa matam mais os familiares de quem tem o armamento do que eventuais bandidos. A arma fica ao acesso da criança, do adolescente, do homem que se sente traído e da mulher que se sente humilhada.” Outro argumento alerta para o risco de se reagir a um assalto. “Quem põe uma arma na cintura pensando em se defender de um eventual assalto à mão-armada, por exemplo, tem 180 vezes mais chances de morrer.”

Segundo o deputado, no Brasil, os jovens de 15 a 24 anos estão morrendo duas vezes mais de balas do que de todas as doenças naturais. “Na faixa dos jovens do sexo masculino existe praticamente um genocídio.”

Os defensores do desarmamento alegam que retirar armas de circulação ajuda a desarmar criminosos. Para eles, de maneira involuntária, o homem de bem que compra uma arma na loja acaba abastecendo o crime quando sua arma é roubada, perdida ou revendida. A cartilha do Instituto Sou da Paz informa que a maior ameaça nos assaltos e situações banais são pistolas e revólveres produzidos no Brasil (76%).

O Viva Rio discorda do argumento de que a proibição do comércio desarma os homens de bem e deixa os bandidos armados. “Essa tem sido a crítica mais freqüente ao desarmamento. Queremos desarmar os homens de bem. Isto é verdade. Suas armas acabam por se voltar contra eles próprios e suas famílias ou vão abastecer os criminosos quando roubadas. Deixar os bandidos armados é falso. A maioria dos artigos do Estatuto do Desarmamento se destina a dar meios e obrigações às forças de segurança pública para que elas sejam eficientes no combate ao tráfico ilícito de armas”, afirma Rangel em seu livro. (*Jornal do Commercio*, 25.09.2005)

Metalúrgicos de Porto Alegre defendem Não!

Os metalúrgicos e o referendo sobre o comércio de armas e munição

Lírio Segalla Martins Rosa é diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre-RS

No dia 23 de outubro próximo a sociedade brasileira irá às urnas para decidir se o comércio de armas e munição deve ser proibido no território brasileiro.

O argumento dos que defendem o fim do comércio de armas e munição é que irá diminuir a violência no país. Mas é sabido que a violência é gerada por outros fatores como desemprego, má distribuição de renda ausência do Estado no que diz respeito a políticas sociais de inclusão, o crime organizado, o contrabando de armas, etc...

Quem tem assistido aos noticiários na televisão percebe que há uma parcialidade, pois só tem aparecido na mídia apenas pessoas e entidades que têm um único objetivo, ou seja: fazer o convencimento da sociedade de que a criminalidade é causada pela venda legal de armas aos cidadãos brasileiros.

O que não é falado é que o Estatuto do Desarmamento, aprovado há mais de um ano, restringiu, e muito a aquisição legal de armas por civis e praticamente eliminou a expedição, pela polícia, de portes de armas no país, o que reduziu quase que na totalidade o número de pessoas portando armas de fogo, de forma legal em vias públicas. Aliás, medida essa que somos favoráveis e apoiamos, pois não defendemos que as pessoas andem armadas pelas ruas. Porém estas questões já foram solucionadas pelo Estatuto do Desarmamento que impôs limites e determina punição severa às pessoas que insistirem em andarem armadas de forma ilegal, pelas ruas colocando em risco a integridade física dos outros e a sua.

Mas onde reside o problema?

O problema é que o referendo não é para tirar armas ilegais das pessoas de bem, nem tirar armas de bandidos, pois o Estatuto do Desarmamento e o Código Penal já determinam que isso seja feito, porém o Estado não cumpre com o seu papel de fazer com que as leis sejam cumpridas e joga a culpa pela criminalidade sobre a indústria de armas brasileira.

O que há de mais grave nisso tudo é que o referendo que quer proibir o comércio de armas irá servir, se for aprovado, apenas às empresas estrangeiras que estão de olho no mercado nacional de armas, e são concorrentes das empresas brasileiras de armas no mercado mundial.

Pois vejam: Se aprovado o fim do comércio de armas no Brasil, provavelmente mais de três mil demissões nas empresas do setor só no Rio Grande do Sul, porque nas relações comerciais, pelo princípio da reciprocidade, as empresas estrangeiras não podendo vender armas no Brasil as empresas brasileiras também não poderão vender armas nos países onde há empresas concorrentes, o que fará com que as empresas brasileiras reduzam muito seus quadros de funcionários ou passem a produzir armas noutros países. Isso significa que a sociedade brasileira está sendo envolvida numa discussão meramente comercial, onde as empresas de armas estrangeiras, inclusive estão financiando ONGs para fazerem a defesa do desarmamento para abocanharem o mercado nacional e internacional de armas.

Outra discussão que há de ser feita, é quanto a Soberania Nacional. Se for aprovado o fim do comércio de armas no Brasil, quem irá fornecer armas e munição para as Forças Armadas e para as polícias brasileiras? Não estariam as empresas de armas americanas usando o referendo como porta de entrada para controlar o armamento das nossas Forças Armadas e nossas Polícias?

Apesar de tudo isso, o que nos deixa perplexos é o fato que até agora ninguém se apresentou preocupado com os trabalhadores que irão perder seus empregos caso o fim do comércio de armas no Brasil seja aprovado. Por isso o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Porto Alegre vem à sociedade para orientar a população a votar CONTRA O DESARMAMENTO no referendo de outubro de 2005. Isso não quer dizer que concordamos que pessoas andem armadas em vias públicas, mas não podemos permitir que o interesse de empresas estrangeiras no comércio de armas venha desempregar milhares de trabalhadores no nosso país. (CUT, Ponto de Vista, 04.08.2005)

SIM ! : Sem-terra dizem não às armas

Campanha pela proibição da venda de armas ganha apoio do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aderiu à campanha pelo sim no referendo que propõe a proibição do comércio de armas no Brasil, marcado para 23 de outubro, informou ontem o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile. Ele contou que até o início de outubro os militantes do movimento estarão nas ruas, distribuindo material defendendo a proposta e, no dia da votação, farão boca-de-urna.

A movimentação, disse o líder sem-terra, também terá a participação de outros movimentos sociais, como o Grito dos Excluídos, o Movimento dos Desempregados e a Via Campesina, uma organização camponesa internacional. "Há um sentido geral que é civilizatório", explicou Stédile, que participou do seminário "Fome, terra e democracia", promovido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), no Rio.

"Quem está morrendo são pobres, trabalhadores, jovens, negros e mulatos das grandes periferias. São 40 mil pessoas por ano. Todas essas mortes poderiam ser evitadas se houvesse, primeiro, esta limitação, para evitar que se misture álcool e droga, que é quando ocorrem os homicídios. Primeiro, temos que preservar a vida. Depois, vamos encontrar soluções para que essas pessoas tenham futuro na nossa sociedade."

Stédile disse que todos os militantes do MST se engajarão na campanha. "Dentro do movimento vamos fazer uma série de materiais didáticos, como cartilhas e folhetos", explicou. "Elencamos 14 motivos sobre a importância da proibição da venda das armas. Vamos difundir isso na nossa base." . *(Tribuna da Imprensa, 15.09.2005)*

Operários fazem passeata pelo NÃO!

Uma manifestação promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos reuniu cerca de 300 trabalhadores diante da fábrica da Taurus, ontem, em Porto Alegre, para pedir à população que rejeite a proibição do comércio de armas no País no referendo do dia 23. Os participantes lembraram que o Estatuto do Desarmamento já estabelece um controle rigoroso sobre a venda e o uso de armas. E admitiram temer, caso o "sim" vença, pelo desemprego das seis mil pessoas que trabalham na indústria produtora de revólveres, pistolas, espingardas e munição.

"Essas empresas poderão migrar para outros países e gerar postos de trabalho por lá", previu o diretor do sindicato, Lírio Segalla Rosa, referindo-se à Taurus, Rossi, Boito e CBC, que concentram a produção nacional de armas e cartuchos. A manifestação começou ao final do turno de trabalho da Taurus, que é a maior fabricante de armamentos do País, e prosseguiu com uma caminhada de 500 metros, da Avenida do Forte até a Avenida Assis Brasil, Zona Norte da cidade, onde foram distribuídos panfletos à população. "O dinheiro que será gasto no referendo poderia ser usado em políticas de segurança pública", criticou Rosa. *(Tribuna da Imprensa, 12.10.2005)*

Indústria de armas exporta 80% de sua produção

Brasil, maior fabricante de armamentos leves da América Latina, gera cerca de 300 mil unidades por ano

Maior fabricante de armas leves da América Latina, o Brasil destina 80% da produção para o mercado externo. São cerca de 300 mil armas produzidas por ano, segundo a Abimde (Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa).

Só a fabricação garante mais de 5.000 empregos, afirma Roberto Carvalho, 67, presidente da entidade que reúne 45 fabricantes de material bélico. As maiores empresas do país chegam ao referendo do próximo dia 23 passando por processos de expansão.

A Forjas Taurus, principal indústria de armamentos brasileira, com um faturamento, em 2004, de R\$ 164,871 milhões, apresenta aumento de 13% nas suas vagas no primeiro trimestre deste ano. Atualmente com 2.153 empregados, a Taurus contratou nesse período 250 trabalhadores.

A empresa não quis receber a reportagem, mas repassou dados que mostram que suas exportações, que eram de US\$ 29 milhões em 2000 (R\$ 65 milhões), chegaram a US\$ 34,6 milhões (R\$ 77 milhões) em 2004. A vitória do "sim" no referendo deve levar a empresa a exportar mais -hoje em torno de 70% da produção.

O alvo são os Estados Unidos, para onde se destinam também 70% do total exportado por ela.

Além da fábrica de armas em Porto Alegre, que abastece 85% do mercado brasileiro de armamentos, a empresa possui unidades em São Leopoldo, Gramado e Gravataí (RS), Mandirituba (PR) e em Miami, nos Estados Unidos.

No mercado há 65 anos, a Taurus é a 3ª maior fabricante mundial de armas leves. Com a morte de seu presidente, Carlos Murgel, 67, no dia 12 de setembro, de câncer, a empresa deve passar por reformulação, acelerando a diversificação da linha de produção.

Outro fabricante nacional, a CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos), obtém 50% de seu faturamento com vendas de munição no Brasil -R\$ 23 milhões em 2004. Entretanto, apenas 15% se referem às vendas para o mercado civil -os outros 35% são para instituições policiais e militares.

Com 1.200 empregados em duas fábricas -Ribeirão Pires (SP) e Montenegro (RS)-, a CBC exporta para 57 países. E vive expansão. O investimento 2004/ 2005 é calculado em US\$ 13 milhões (R\$ 29 milhões), dinheiro que será usado para expandir a linha de produção de munições militares para exportação.

A CBC não permitiu o acesso da reportagem à fábrica. "A empresa aguardará o resultado do referendo para tomar qualquer decisão estratégica, sabendo, no entanto, que, prevalecendo o "sim", poderá haver diminuição da produção e de funcionários e o aumento das vendas para o mercado externo", disse o presidente da CBC, Antônio Marcos Barros, em nota. (LÉO GERCHMANN E FÁBIO AMATO) (Folha de S.Paulo, 16.10.2005)

Maior fabricante de armas opta pelo silêncio

POLÍTICA: A gaúcha Taurus, a maior fabricante de armas do Brasil, que detém 85% do mercado nacional de armamentos, mantém silêncio absoluto sobre o referendo das armas. Sua única manifestação vem pela Assessoria de Imprensa: "A empresa não pretende tomar posição, comentar ou expressar opinião sobre o tema e seus desdobramentos. A Taurus acredita que os agentes políticos no referendo são as duas frentes parlamentares constituídas para o debate." (*O Estado de S.Paulo*, 09.10.2005)

Nova ferramenta pelo SIM

A Adital está disponibilizando em seu site um Power Point sobre o Desarmamento. É um material contendo notícias de jornais mostrando casos de violência, números da campanha pelo desarmamento no Brasil e textos para a reflexão que motivam o debate. Pode ser utilizado e reproduzido por qualquer pessoa, em escolas, grupos de discussão, debates, em todo lugar, desde que seja citada a fonte e colocado o link para www.adital.com.br



[Click aqui para Download \(3.5Mb\)](#)

<http://www.adital.com.br/desarmamento.ppt>

A esquerda e o referendo

Às vésperas do referendo pelo controle do comércio de armas, os alinhamentos são claros: MST está a favor e a UDR está contra. Essas manifestações confirmam, para quem ainda não estava convencido, quem é o agente e quem é a vítima da violência no campo brasileiro. A análise é do colunista Emir Sader.

O debate sobre a limitação da venda de armas parece embaralhar-se. Por um lado, há alinhamentos claros, que não nos deixam levar ao engano: o MST está a favor e a UDR está contra. Quem é vítima da violência dos donos da terra, com seus jagunços, afirma que, mesmo que sejam proibidas, os latifundiários continuarão a armazenar armas, para seguir tentando impor o reino do terror no campo. Dirigentes da UDR declaram isso à imprensa, com seus nomes e sobrenomes,

impunemente. Enquanto os sem-terra se empenham na campanha de desarmamento, de proibição da venda de armas.

Várias lições devem ser tiradas desses dois alinhamentos. Em primeiro lugar, confirma, para quem ainda não estava convencido, quem é o agente e quem é a vítima da violência no campo brasileiro. Quem se interessa em seguir armando-se – a UDR – representa o poder secular dos proprietários de terra improdutivas, que armam seus capangas para impedir que milhões de trabalhadores, pacificamente, ocupem as terras ociosas e trabalhem no campo para seu sustento, além de abastecer a cidade com sua produção. Os latifundiários, por sua vez, pretendem perpetuar seu poder, fundado em leis injustas, em Judiciários coniventes, em polícias a seu serviço e, como se já não bastasse, em bandas paralelas de jagunços. Antes de tudo, pelos milhões de trabalhadores do campo, temos de votar sim.

Mas esse alinhamento demonstra também que uma conquista fundamental para o Brasil – a reforma agrária – requer o desarmamento, e não o armamento dos conflitos. Que a militarização dos conflitos só levará a generalizar o massacre das populações do campo, desvalidas diante do poder do dinheiro e das armas dos latifundiários. Ensina também que a força da esquerda está na mobilização popular – como a que o MST promove, na consciência que os trabalhadores rurais, suas famílias, suas crianças, vão ganhando em suas escolas, em seus seminários, em seus projetos de formação. Que a força da esquerda reside na justeza de suas reivindicações – terra para quem quer trabalhar –, na ideologia que a mobiliza – justiça social, solidariedade, democracia participativa.

A luz dos enfrentamentos sociais mais violentos da história brasileira é um farol suficientemente definidor para julgar se a proliferação de armamentos nas mãos privadas é boa ou é ruim. Estar do lado do MST, da sua necessidade de resolução pacífica dos conflitos, ou do lado da UDR e das suas formas violentas de defesa dos seus interesses.

Enquanto isso, em um mundo totalmente oposto, pessoas alegam o direito individual de cada um decidir sobre ter ou não ter armas. Confundem o direito privado da opção por uma religião ou por não ter nenhuma, por um time de futebol, por uma identidade sexual, com o direito de ter armas. Aqueles são perfeitamente legítimos, enquanto não prejudiquem os direitos de outras pessoas.

O direito à arma, não é o do colecionador, mas o de quem se dispõe a usá-la ou corre o risco de que outro a tome para usá-la – como demonstram fartamente as estatísticas – ou que acidentalmente provoque danos em terceiros. Trata-se de um direito que afeta diretamente o direito à vida dos outros e que não pode estar circunscrito à idiosincrasia da escolha individual de cada um, mas regulada pelas normas de convívio pacífico entre as pessoas e conforme o Estado de direito. Da mesma forma que o fumo é regulado, porque afeta os outros.

Mas se voltarmos aos alinhamentos, veremos que Jair Bolsonaro é um dos mais ativos militantes da venda livre de armamentos, assim como a revista Veja. Esta, seguindo as orientações bushistas que defende no Brasil, alinhou apenas argumentos contra a limitação da venda de armamentos. Questionada pelo ombudsman da Folha de S. Paulo sobre a unilateralidade da posição da revista, seu editor, de forma coerentemente totalitária como tem agido a publicação, respondeu que não havia dois lados, apenas um. Isto é, suprime o adversário – como faz editorialmente, a cada semana, eliminando os argumentos que se opõem à sua cada vez mais frágil argumentação, até esse limite: não há argumentos contra seus argumentos. Quer usar a revista como arma de extermínio do outro e, coerentemente, prega o voto contra a limitação da venda de armamentos.

A esquerda é republicana, é pela resolução pacífica e justa dos conflitos – individuais e coletivos –, é pela extensão do Estado de direito, pela reconstrução das polícias a serviço do cumprimento das leis e dos direitos da cidadania, é contra a indústria armamentista, contra as guerras e a violência. (O PSTU alega que isso impediria que um povo, como o venezuelano, pudesse pegar em armas. O comércio livre de armas na Venezuela favorece aos golpistas de direita, as FFAA venezuelanas garantem os direitos conquistados pelo povo daquele país. O PT se pronunciou pelo sim. Outras forças de esquerda estão caladas – confusas ou coniventes). A esquerda vota sim ao controle da venda de armamentos. (Emir Sader) (*Carta Maior*, 17.10.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>